



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

<b>COMISSÃO ESPECIAL - FUNCAFÉ</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>Nº:</b> 0568/06	<b>DATA:</b> 3/5/2006
<b>INÍCIO:</b> 14h56min	<b>TÉRMINO:</b> 17h12min	<b>DURAÇÃO:</b> 02h16min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO</b> 02h16min:	<b>PÁGINAS:</b> 40	<b>QUARTOS:</b> 28

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
<b>GUILHERME BRAGA ABREU PIRES FILHO - Vice-Presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil — CECAFÉ;</b> <b>GUIVAN BUENO - Presidente da Associação Brasileira de Café — ABIC;</b> <b>NATHAN HERSZKOVICZ - Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café — ABIC;</b> <b>MAURO MALTA - Representante da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel — ABICS;</b> <b>ALBERTO DUQUE PORTUGAL - Diretor-Executivo do Conselho Nacional do Café — CNC.</b>

**SUMÁRIO:** Debate sobre a política do café nos seus aspectos institucionais representados, pelo CDPC e FUNCAFÉ, e as ações e programas necessários para o desenvolvimento do setor.

<b>OBSERVAÇÕES</b>
Houve exibição de imagens.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião ordinária desta Comissão Especial destinada a debater e examinar a gestão do FUNCAFÉ, a efetividade e a eficiência da gestão do CDPC nas políticas públicas e privadas do setor, bem como avaliar modelos administrativos alternativos e propor medidas legislativas para aperfeiçoar a legislação do setor.

Tendo em vista a distribuição das cópias da ata da reunião anterior, realizada no dia 26 de abril, a todos os membros presentes, indago se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Solicito a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Solicitada a dispensa da leitura pelo nobre Deputado Carlos Melles, em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta Presidência dá como lido o expediente, tendo em vista a distribuição antecipada do mesmo.

Esta reunião foi marcada para ouvir, em audiência pública, o Sr. Guivan Bueno, Presidente da Associação Brasileira de Café — ABIC; o Sr. Guilherme Braga, Vice-Presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil — CECAFÉ; e o Sr. Mauro Malta, representante da Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel, e debater a política do café nos seus aspectos institucionais representados pelo CDPC e FUNCAFÉ e as ações em programas necessários para o desenvolvimento do setor.

Informo aos Srs. Parlamentares e demais presentes que os Srs. João Antônio Lian, Presidente do CECAFÉ, e Sérgio Coimbra, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel, justificaram a ausência e aqui estão os seus Diretores-Executivos e o Vice-Presidente do CECAFÉ, Dr. Guilherme Braga.

Convido os nobres palestrantes a comporem a Mesa. Pela ordem, convido o Dr. Guilherme Braga, que falará pelo Conselho de Exportadores de Café. Na



medida em que formos fazendo a nossa audiência, vou convidando os demais para estarem aqui a frente para fazerem uso da palavra.

Esclareço que os palestrantes convidados disporão inicialmente de 20 minutos para as suas explanações. Encerrada a fase dos expositores, cada Deputado disporá de 3 minutos para considerações e perguntas, com o mesmo prazo para resposta e possíveis réplicas e tréplicas.

Com a palavra o Dr. Guilherme Braga.

**O SR. GUILHERME BRAGA ABREU PIRES FILHO** - Deputado Odair Cunha, Presidente da Comissão Especial, Deputado Carlos Melles, ilustre Relator, Srs. Deputados, meus companheiros do café, inicialmente, eu quero dizer da minha satisfação em estar presente a esta Comissão e pela oportunidade de, em nome da entidade que dirijo, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, dirigir-me aos senhores.

Quero também cumprimentar os ilustres Deputados pela iniciativa, muito proveitosa, de realizarem esta Comissão destinada a tratar de temas da maior importância da agenda do café.

Acredito que o reexame do FUNCAFÉ no seu sentido mais amplo, pela própria dinâmica do café, tendo em consideração o decurso de tempo entre a criação do CDPC e hoje, praticamente 12 anos, e a circunstância da experiência acumulada durante esse período justificam e recomendam uma análise desta Comissão.

Antes de entrar nos termos principais da agenda, que se resumem na avaliação do papel desempenhado pelo CDPC, na utilização dos recursos do FUNCAFÉ e principalmente nos instrumentos alternativos de captação, ofereço aos presentes o resumo da situação atual do café e dos dados principais que compõem o comércio exterior.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esta tabela apresenta os últimos 5 anos de exportação, receita cambial e preço médio. As exportações oscilaram entre 24 milhões de sacas na safra 2001; 29 milhões na safra 2002, a grande safra brasileira; depois, 24, 27 e, novamente, 24 milhões, o que caracteriza certa volatilidade das exportações brasileiras e deve ser objeto de reflexão.



A receita cambial apresenta uma evolução permanente, desde 2001, quando houve uma receita de 1 bilhão e 271 milhões de dólares, com um preço médio de 51 dólares por saca. Esse preço médio reflete a cesta de todos os produtos do café exportável: solúvel, torrado, moído, conillon, arábica etc.

Como se pode observar, nos anos seguintes, a receita, a partir da safra 2002/2003, a grande safra de 48 milhões de sacas, vem crescendo e deve atingir, em junho, na safra cafeeira 2005/2006, 2 bilhões e 800 milhões de dólares, com um preço médio de 116 dólares por saca, novamente representando o conjunto de todas as qualidades da exportação, o que caracteriza, como os senhores podem observar, uma evolução constante do preço médio de exportação, o que indica a situação de equilíbrio que depois da safra 2002 se observou em relação ao mercado internacional.

Esta tabela representa ano/safra — de 1º de julho de um ano a 30 de junho do ano seguinte. Em relação a 2005/2006, para o último trimestre (abril, maio e junho), há uma projeção que leva a esses números que acabamos de ver.

Quis apenas comparar a produção brasileira com a exportação na mesma série de 5 anos. Os senhores observam que a volatilidade da nossa produção tem uma correspondência com a volatilidade da exportação. Um dado que merece atenção é que, nos últimos 5 anos, produzimos 180 milhões de sacas de café e exportamos 131 milhões, o que corresponde a mais ou menos 73%.

Considerando o consumo interno, a que certamente o companheiro Guivan se vai referir, se imaginarmos uma média, por baixo, de 14 milhões de sacas, nesse período seria 70, a indicar um déficit de mais ou menos 22 milhões de sacas. Considerando que o Governo, nesse período, vendeu 2 milhões e 800 mil sacas, teríamos, entre produção e desaparecimento, aí entendidos exportação e consumo interno, um saldo negativo de cerca de 20 milhões de sacas, o que indica o grau de exaustão dos estoques privados. A observação que tem sido feita de que em junho deste ano haverá um dos menores estoques de passagem evidencia-se a partir desses números.

Na tabela seguinte, que acho interessante de se observar, comparo a exportação do Brasil com outros países concorrentes, como Colômbia, Vietnã, o



grupo de produtores da América Central e o México, novamente nessa série 2001/2002 a 2005/2006.

Os senhores notem que o mundo vem importando, entre 1988, 1985, 1989 e 1991, 84 bilhões. Portanto, no último ano houve uma queda. Esse período é de abril de 2005 a março de 2006 e estou me baseando em dados da OIC. O mês de março é a posição mais atual que existe.

Observa-se novamente a oscilação da participação brasileira, que sobe de 27% do mercado mundial para 33%, retorna para 28%, 30%, 29%, o que mostra uma relação muito grande entre a produção brasileira e o volume de exportação. A participação brasileira é fundamentalmente na função safra. O fato, por exemplo, de o Brasil não ter consolidado, em termos absolutos, uma participação ao redor de 32% ou 33% tem a ver com a insuficiência da nossa produção.

Os senhores observam que a Colômbia, o segundo maior exportador de café da variedade arábica, está estável em 10 milhões de sacas, variando apenas a centena. O milhar continua o mesmo, embora o mundo tenha ampliado substancialmente o volume das compras.

O Vietnã é outro país com uma volatilidade semelhante à do Brasil, o que tem alguma explicação devido à seca que atingiu, durante algum tempo, as regiões produtoras do Vietnã. Os países da América Central e México têm tido uma participação decrescente de mercado. Isso se observa numa série anterior, o que mostra que esses países, de fato, vêm registrando quedas persistentes de participação no mercado.

Apresentados em termos gerais esses aspectos, gostaria de me referir mais às questões objeto desta Comissão e que dizem respeito inicialmente à avaliação dos trabalhos do CDPC. Represento no CDPC o CECAFÉ; sou membro titular e vou expressar a minha experiência.

Em termos gerais, o CDPC vem atuando de forma muito importante, decisiva e eficiente na formulação das políticas do café. Não quero dizer que tenha sido perfeito. Há questões que poderiam ser mais bem equacionadas, há problemas na legislação e organização dos trabalhos de definição das políticas cafeeiras, o que transcende o papel do CDPC, pois ocorrem em outras áreas da administração



pública, principalmente no Ministério da Fazenda, e têm criado certas dificuldades na adoção das melhores medidas determinadas pela conjuntura cafeeira.

Na atual administração do Ministro Roberto Rodrigues, o setor privado teve, de um lado, um avanço significativo pelo fato de que os assuntos do café passaram a ser encaminhados e discutidos dentro do espírito de cadeia, num sentido de avaliação das necessidades do conjunto, sem preocupações de natureza setorial. Isso permitiu um avanço bastante importante e responsável, de certa forma, sem preocupações de natureza setorial.

Isso permitiu um avanço, que eu diria bastante importante, de certa forma responsável pelo crescimento da participação do CDPC. Mas é preciso reconhecer que essa participação ocorreu muito mais por projeto pessoal do Ministro, que acredita e defende o princípio de se tratar dos assuntos em termos de conjunto e não isoladamente. A legislação não tem disposições legais claras no sentido de que tornem esse tipo de condição obrigatória. Eu diria que, hoje, o processo de participação no setor privado decorre muito mais de uma disposição pessoal do Ministro do que propriamente pelo cumprimento de uma determinação legal.

A primeira necessidade que se evidencia na reformulação da estrutura legal do CDPC é criar mecanismos que torne esse tipo de participação absolutamente mandatário, quer dizer, que independa do arbítrio e da discriminação da autoridade que estiver dirigindo o Ministério.

Eu colocaria, como uma sugestão inicial para esta Comissão, a avaliação desse princípio da reformulação legal, que se traduz no estabelecimento de competências mais claras no CDPC, quanto a sua responsabilidade, na formulação das políticas.

Passando para o aspecto da utilização dos recursos do FUNCAFÉ na gestão da política, hoje temos a seguinte situação, isso a partir de informações dadas, hoje, pelo Ministério da Agricultura.

O FUNCAFÉ tem um ativo avaliado em 3.700 bilhões de dólares, incluído o valor do estoque remanescente — cerca de 2.8 milhões de sacas —, e em recursos emprestados ao setor tem cerca de 3 bilhões. Hoje, o FUNCAFÉ tem um caixa líquido de 1.200 bilhão, segundo foi informado. O valor de 3 bilhões de reais, considerando esse 1.200 bilhão, que está vinculado a financiamentos de custeio,



colheita e estocagem, está integralmente à disposição do setor produtor. Há uma verba para o setor industrial, para a formação de estoques e trabalho da indústria, de 180 milhões, que estão dentro desse 1.200 bilhão, e, afóra isso, todos os recursos estão com o setor de produção.

O princípio que se tem usado na alocação desses recursos é contemplar, basicamente, as necessidades ligadas ao custeio de safra. Quer dizer, as decisões do CDPC sobre a aplicação têm dado prioridade para que esses recursos se destinem às operações ligadas diretamente à produção. Quer dizer, a motivação está ligada à circunstância, pela percepção, de que a tarefa deve atender prioritariamente, na medida em que os recursos não são capazes de atender às necessidades globais, pelo menos, o lado da produção. Alguma tem validade, até certo ponto, mas também oferece pontos fracos. Nós temos aplicado muito poucos recursos no estímulo à liquidez do mercado. Eu chamo liquidez do mercado a criação de oportunidades de negócio por parte do produtor, quer dizer, estimular demanda, que está representada pelo comércio de modo geral, pela indústria de torrefação e moagem, pelo comércio exportador mais voltado para o mercado interno. Tem sido constante, na aplicação desses recursos, esse aspecto, quer dizer, favorecer o lado da produção e, posteriormente, quando os custos de produção se encerram, transformar esses financiamentos em estocagem. Com isso, não criamos condições para que esses recursos alimentem o processo de comercialização.

Os senhores vão notar, numa tabela mais adiante que vou apresentar — eu me permito agora passar por ela —, as pressões de preço, que se observam sempre ao início da safra cafeeira, a famosa curva de preços. Essa curva tem a ver, exclusivamente, com o aspecto de que a nossa safra entra no mercado.

Nós temos, praticamente, somente uma colheita, ao contrário de outros países, principalmente os produtores da América Central. Há uma pressão de vendas nos meses iniciais da safra, que não se confronta com a liquidez do mercado, capaz de atenuar essas pressões de preços. Então, invariavelmente, nós temos, ano a ano, essa curva de preços — mais adiante vou apresentá-la — e que caracteriza, de modo muito claro, o equívoco na destinação dos recursos para o período pós-produção.



Em termos de recursos, o que existe hoje, apesar de expressivo, em termos absolutos, são cerca de 3 bilhões de reais, que são insuficientes para atender às demandas da produção. Nós temos aí 2 milhões e 200 mil hectares ocupados com café. Há uma estimativa mínima de que seriam necessários, pelo menos, 3 mil reais por hectare, o que significaria uma demanda de cerca de 6 bilhões de reais.

Na verdade, o FUNCAFÉ está atendendo ao redor de 1 bilhão de dólar. Tem havido progressos muito grandes na área da captação de recursos no mercado financeiro através das CPRs — Cédulas de Produto Rural. Esse instrumento foi criado nos últimos 10 anos e, ano a ano, vem ganhando força. Hoje, as CPRs são um instrumento da maior importância não só no sentido da proteção de preço ao produtor, da oportunidade de fixação do preço de parte da sua safra, mas, ao mesmo tempo, uma fonte de recursos capaz de atender às suas necessidades, aos custos de produção.

Eu diria que um aspecto da maior importância para a continuação, olhando em termos de futuro, é desenvolver estudos e criar condições para que o setor agrícola possa captar no mercado financeiro brasileiro, que é extremamente pujante, dinâmico e que tem um volume de recursos disponível, que poderia convergir para a agricultura em geral, em especial para o café — um produto que tem uma atração muito grande no desenvolvimento de novos instrumentos capazes de chamar para o setor esses recursos que estão sendo aplicados no mercado financeiro apenas em papéis governamentais.

Segundo dados do Banco do Brasil, na última safra, cerca de 4 milhões de sacas foram comercializadas sob a forma de CPRs. Isso representa um volume não muito grande da safra, ainda percentualmente, de 10% a 15%. Trata-se de um instrumento que está em crescimento e que é preciso encontrar fórmulas para que dinamizem a utilização desse papel.

Outros instrumentos envolvidos mais recentemente, como o CDA e o WA, têm condições, também, de serem aplicados em café, são instrumentos que têm bastante interesse. Mas há sérios problemas para serem resolvidos antes que esses instrumentos realmente possam ser fontes de captação para o setor de produção, e têm a ver basicamente com a tributação. Ainda não está claro, por exemplo, já que esses papéis, o CDA e o WA, pressupõem um diferimento de todos os impostos, no



caso do FUNRURAL, que incide sobre o valor da produção, na primeira operação, quando ele deverá ser cobrado, se no primeiro comprador do papel, se no segundo, se no terceiro, ou se no momento em que o produtor faz a entrega. Há problemas de natureza tributária que precisam ter solução, para que esses papéis possam ser capazes de gerar para o setor de produção recursos que estão no setor financeiro. Não tenho dúvidas de que haveria grande interesse desses investidores em aplicar esses recursos no café.

No terceiro item que compõe a agenda de trabalho desta Comissão está a questão de instrumentos alternativos de captação de recursos.

Vou me permitir fazer breve histórico dos principais instrumentos usados no passado para captar recursos, até em homenagem a uma frase do Deputado Carlos Melles que estava inserida no material distribuído na audiência pública anterior desta Comissão e dizia respeito à necessidade que devemos ter para olhar as experiências do passado para extrair os conhecimentos que nos darão maior competência etc. É mais ou menos assim.

Os senhores sabem que desde o Convênio de Taubaté, de 1906, o café passou por um processo de tutela governamental até os anos de 1990 quando o IBC acabou sendo extinto.

Há 2 períodos que precisam ser bem caracterizados. Até 1952, 1953, a intervenção governamental se fez não todo o ano sempre, mas várias vezes por intermédio de medidas ligadas ao financiamento de estoques do setor particular.

O Convênio de Taubaté resultou numa autorização e num convênio firmado entre os Governos de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, aprovado pelo Governo Federal, que permitiu se captarem recursos no exterior para financiar a estocagem, a retenção de café em excesso de produção.

Isso foi feito várias vezes com sucesso, deu resultado e isso foi até 1906, quando a atuação governamental se limitou a esses tipo de ação e à compra de café, a garantia do preço mínimos em alguns períodos e a destruição dos estoques comprados para fazer com que desaparecesse essa pressão sobre os preços. Até 1950, portanto, nos primeiros 50 anos de intervenção, ela se circunscreveu de modo muito resumido a essas 2 formas de atuação.



A partir de 1952, 1953, com a criação do IBC, surgiu um novo modelo — as estruturas governamentais anteriores a essa época tinham mais o propósito de resolver problemas conjunturais do café. O IBC surgiu já com a função explícita na lei de realizar a política econômica do café tanto no Brasil quanto no exterior. E dentro das áreas da produção, de comércio, de transporte cambial, enfim, foi fechado nas atribuições do IBC todo um conjunto de atribuições que permitiram uma atuação governamental profunda.

Nesse período, coincidindo com o início do Governo Juscelino Kubitschek, a política do café foi orientada para aplicação desse novo instrumento, o IBC, com todo esse arcabouço e com uma política nitidamente valorizacionista e se adotaram as primeiras medidas que acabaram se repetindo para frente.

Fez-se um acordo de retenção com o México em 1956. Foi a primeira experiência do gênero. Ao mesmo tempo se começou a praticar política de preços mínimos de forma consistente; estimulou-se a formação da indústria de café solúvel; iniciou-se a campanha de consumo interno, venda de café a preço subsidiado etc. e adotou-se a primeira medida que veio a ser denominada, e ficou na história do café, o confisco cambial.

O que exatamente foi feito com esse procedimento? O café representava receitas acima de 55%; o País encontrava-se empenhado em projetos que requeriam um expressivo superávit cambial e tinha problemas de um processo inflacionário que vinha se desenvolvendo. A medida adotada no café foi muito simples. Utilizou-se o sistema de taxa múltipla de câmbio; aplicou-se às exportações de café câmbio mais baixo. Ele era cerca de 25% inferior à taxa de câmbio que se aplicava ao produto industrial. Com isso, o Governo conteve a expansão de mês de pagamento para a compra de café etc. e forçou, em termos cambiais, a valorização do preço externo. Quer dizer, o preço de venda internacional, em função do câmbio mais baixo, teve de ser mais alto. É mais ou menos o que está acontecendo hoje.

Então, o que aconteceu? Essa medida gerou o chamado confisco cambial, como foi conhecido e repetido ao longo de toda a história. Comprou-se café do produtor a um preço em moeda interna baixo, provavelmente em nível de produção; gerou-se uma política no exterior de valorização do café brasileiro — ele se tornou mais caro. Portanto, foi necessário buscar preços mais elevados e, com isso, ele



aumentou o ingresso cambial do País etc. Funcionou bem etc. Isso foi bem, do ponto de vista do Governo, e se estendeu até mais ou menos 1961, 1962, quando esse mecanismo foi substituído pelas famosas Resoluções SUMOC 2004, 2005, que criaram a cota de contribuição sobre o café.

Na primeira fase, houve o confisco cambial literalmente; na segunda, criaram determinado imposto. Diziam que esse imposto era uma apropriação de um preço do produtor. Na verdade, do ponto de vista econômico, não era bem assim, porque a introdução desse imposto foi acompanhada de medidas de valorização do preço externo, para que esse sobrepreço, que se criava com a chamada quota de contribuição, representasse um valor não necessariamente do preço do café, do preço recebido pelo produtor. Claro que, a longo prazo, representa uma forma de apropriação do preço. A tendência é que ao longo do tempo isso se definisse.

Mas o fato importante é que toda a política de cobrança de taxa sobre a exportação foi acompanhada de medidas de valorização de preço, de modo que esse imposto, vamos chamar assim — essa quota de contribuição —, fosse recolhido desse sobrepreço criado pela política de valorização do preço externo, tradicionalmente feito dentro do sistema de contenção da oferta. Continha-se a oferta, o preço subia. O Brasil tinha uma participação ainda monopolista no mercado internacional, então, tinha condições de fazer isso.

Logo em seguida, nesse mesmo período, como complemento dessa política de valorização, introduziu-se o sistema de quota na OIC, que era uma forma também de repartição do esforço e controle da oferta com outros países produtores, e que, na verdade, não funcionou muito bem, até que em 1972 o acordo foi rompido, quer dizer, encerrou-se o sistema de quotas na OIC, exatamente porque elas eram tão amplas que não mais possibilitavam essa valorização de preço.

Nesse período, o Governo começou a recorrer a operações de mercado. Em 1972, Café Mundial, depois, em 1976, logo depois das geada, Operação Pancafé, e por aí afora. Até que, em 1982, as cotas da OIC foram reintroduzidas, porque elas ficaram 10 anos sem aplicação. Nesse período, o café começava a entrar. Sai o IBC, como os senhores sabem, era uma autarquia que tem seu significado de autonomia, tem orçamento próprio etc. Então, estava fora da estrutura prevalecte do serviço público. O seu orçamento era aprovado com recursos da chamada Conta Café, do



Banco Central. Essa cota de contribuição cobrada não era cobrada como parte do preço de venda. Era o valor que o Banco Central retirava quando o recurso ingressava no País. Portanto, ela não fluía no sistema de comercialização interna. Então, voltando a 1982, foram restabelecidas as quotas da OIC, depois de um processo, do qual os senhores estão lembrados. Em 1975, com a geada, os preços do café subiram para um valor muito elevado, depois foram caindo.

Em 1981, ou 1982, reintroduziram-se as quotas da OIC, e voltou-se a aplicar a quota de contribuição. Desta vez com efeito econômico diferente. Ela passou a ser cobrada como forma de apropriação, pelo Estado, de recursos para fazer face às compras de café. Ou seja, o IBC começava a ter problemas de recursos para executar sua política. Diante de tais dificuldades, a quota de contribuição passou a ser orientada exatamente para cobrir as necessidades e dinamizar a política de comércio exterior.

Foi assim até 1985, quando, por imposição do Fundo Monetário, a quota de contribuição foi substituída pelo Imposto de Exportação. Foi criada uma alíquota que passou a incidir sobre o preço de venda, não mais recolhida dentro do contrato de câmbio pelo Banco Central, mas, sim, por meio do DARF, documento de arrecadação fiscal. Assim ficou, de modo muito claro, caracterizada a apropriação de recursos.

A medida durou 1 ano e meio, de 1985 a 1986. Em 1986, no Governo Sarney, a quota de contribuição foi reintroduzida com a mesma mecânica, as mesmas normas adotadas em sua criação, em 1961, por ato da SUMOC, entretanto, de modo tecnicamente imperfeito, saindo do Sistema Tributário Brasileiro. Por exemplo, ela foi introduzida sem que o Congresso aprovasse a alíquota inicial, requisito essencial da lei. Quer dizer, não pode haver a criação de um tributo sem um ato do Parlamento que aprove e fixe a alíquota inicial. Ela era movimentada pelo Presidente do IBC, depois se transformou num preço cobrado pelo direito de exportar café em leilões públicos na ABMF. Isso acabou sendo discutido em juízo mais tarde. Os 3 bilhões a que me referi há pouco, os ativos do FUNCAFÉ, foram gerados nesse período. Provêm de quotas de contribuição, que o Estado já há alguns anos vem devolvendo pela declaração de inconstitucionalidade do tributo pelo Supremo Tribunal Federal.



Então, tivemos 3 períodos muito claros de cobrança de impostos ou taxas sobre as exportações de café. O período do confisco cambial, ou seja, com taxa de câmbio inferior à de mercado, depois acompanhada de uma taxa criada com o efeito de introduzir uma valorização de preço para gerar recursos cambiais. Nos últimos anos, até 1990, quando o IBC foi extinto, a taxa tinha caráter arrecadatário, porque o instituto já estava vinculado a regras do Orçamento, e não mais havia aquela flexibilidade anterior, exatamente como ocorre hoje. Os recursos tinham de estar no orçamento do FUNCAFÉ e, por sua vez, no orçamento do Ministério, no Orçamento do Governo, com aprovação pelo Congresso. Isso acabou retirando toda a flexibilidade. Acresce o fato de que tais impostos, usualmente, eram aplicados por meio de mecanismos que geravam um tipo qualquer de valorização, de modo que não afetassem, na sua introdução, a receita do produtor.

Em razão disso, se se pensar em adotar um mecanismo do mesmo gênero, tem de haver uma reflexão muito grande a partir das experiências passadas, às quais me referi de modo mais explicativo, sem me deter, visto não ser o caso no momento, na avaliação de suas conseqüências sobre preço etc.

Referi-me no começo que os comentários que faço constituem aspectos definidos, conceitos da Direção Geral do CECAFÉ.

Recentemente distribuí aos associados, cerca de 140, o questionário formulado pela Comissão. Espero recebê-lo de volta proximamente. Em seguida, o mandarei para a Comissão como um reflexo da pesquisa feita em nosso corpo social.

Para encerrar a apresentação de hoje, quero referir-me brevemente aos aspectos da volatilidade, algo que de fato atrapalha e prejudica muito todos os setores da cafeicultura, não só a produção, mas também o comércio, a própria indústria no exterior etc.

No caso do café arábica, o principal centro de formação de preços é a Bolsa de Nova Iorque, assim como o do robusta é a Bolsa de Londres. Nas duas Bolsas, o produto tem liquidez extraordinária. Para os senhores terem idéia, na Bolsa de Nova Iorque, negociam-se diariamente entre 7 e 15 mil contratos. Cada contrato envolve 285 sacas de café, o que significa dizer que, em termos médios, negociam-se 2 a 2,5 milhões de sacas por dia na Bolsa de Nova Iorque.



A posição aberta, ou seja, a soma de todos os contratos que ainda estão pendentes na Bolsa para entregas futuras nos respectivos meses, varia entre 80 e 120 mil contratos. Hoje, por exemplo, está em torno de 100 mil. Isso significa que se encontram vendidos ou comprados na bolsa 100 mil contratos, que representam 28,5 milhões de sacas. Multipliquem esse número por algo em torno de 170, 180 dólares, o preço da saca, e os senhores terão idéia da dimensão econômica desse tipo de operação. Trata-se, pois, de um produto com volume de operações elevado, valor muito alto e, portanto, liquidez extraordinária — pelo volume diário negociado.

Isso cria uma atração fatal, eu diria, para a cafeicultura — mas cria uma atração — para os fundos, que operam pesadamente. O contrato de café é um dos que têm perfil mais interessante para os fundos, porque é fácil de entrar, em volume, e é fácil de sair, ou seja, o contrato tem liquidez.

Os fundos, quando entram e quando saem, ora comprando, ora vendendo, provocam movimentos brutais nos preços. Há muito pouco a fazer do ponto de vista dos fundos, porque nós não temos capacidade — “nós” significa a própria indústria do café, porque os torradores lá fora enfrentam esse problema. Ao comprar café, e o fazem quase diariamente, eles estão sujeitos a essa flutuação enorme de preço, a essa volatilidade extraordinária de preço que acontece. É claro que podemos atenuar um pouco o efeito desse fenômeno a partir da existência de mercado interno, menos sujeito a esse tipo de fenômeno.

Uma das principais características daquela quota de contribuição criada no café é sua atuação como elemento de neutralização entre o preço externo e o interno. Ou seja, em caso de pressões geradas aqui dentro, por exemplo, em razão de geadas, queda de safra, seca muito grande, que não interessa passar para o preço externo, a quota de contribuição apropriava esse ganho extraordinário. Da mesma forma, um aumento muito grande do preço externo em decorrência de convulsão social na África ou quebra de safra na Colômbia, por exemplo, evitava-se transmitir para o preço interno. Então, a quota era aumentada de modo a se apropriar do ganho de preço. Funcionava assim.

Hoje não existe esse mecanismo. Com isso não o estou defendendo, embora o Deputado Melles tenha sorrido levemente. O fato é que inexiste hoje um instrumento que crie essa neutralidade entre preço interno e preço externo. Com



isso, na medida em que o principal centro de formação do preço está lá fora, o preço interno reflete esses movimentos que acontecem lá fora, não com a mesma simetria. Quer dizer, não é por que subiu 10% lá que cai 10% aqui, mas cria esse tipo de influência.

O caso das Bolsas tem a ver com o aspecto da volatilidade e do difícil manejo, exatamente pelo perfil dos contratos que se identificam com o interesses dos fundos. Isso ocorre na Bolsa de Nova York e na Bolsa de Londres em relação ao café arábica.

Antes de terminar, vou citar 2 pontos que devem ficar registrados nesta Comissão, porque são da maior importância no exame das soluções futuras para o café. Um deles diz respeito ao fato de que o Brasil está diversificando suas qualidades, está produzindo cada vez melhor, há qualidades variadas. Não há apenas o café de terreiro, natural, mas há também o cereja descascado, o despulpado, o conillon etc.

Há cerca de 2 anos, o CECAFÉ fez um estudo altamente técnico e endereçou uma solicitação à Bolsa de Nova York, para que o café arábica brasileiro despulpado fosse incluído entre os países produtores autorizados a entregar café na Bolsa. Hoje, são 19 da América Central e mais alguns países da Ásia, como a Índia e a Tailândia; da África, como o Quênia e Tanzânia. Então, o café despulpado brasileiro, cuja produção vem crescendo, passou a fazer parte do rol de cafés passíveis de entrega.

Primeira vantagem: na medida em que o café brasileiro está cotado na Bolsa, ele tem um referencial de preço muito mais objetivo do que hoje temos em relação ao café arábica, porque o nosso arábica é um diferencial em relação à Bolsa, já que ele não é passível de ser entregue na Bolsa, porque a descrição de qualidade é outra.

Fizemos esse tipo de solicitação à Bolsa. Cumprimos o rito da Bolsa, que implica na realização de um processo de testes e de avaliação de qualidade que se estendeu por 8, 9 meses — reúne *experts* de vários países. Finalmente, chegou-se à conclusão, óbvia, de que nosso café despulpado atende aos requisitos de qualidade e, portanto, podia ser entregue.



Tivemos lá — vou deixar os documentos com a Comissão — uma violenta rejeição em relação aos produtores da América Central, especialmente a Colômbia. A Colômbia dirigiu protestos à Bolsa de modo público; compareceu ao Congresso americano; reuniu-se com uma Comissão. Essa Comissão fez um ofício à Bolsa, com afirmações as mais absurdas, tais como a de que a inclusão do Brasil na Bolsa iria representar o empobrecimento de regiões produtoras importantes, iria prejudicar o combate ao tráfico e coisas do gênero, em uma posição não só falsa — não é verdadeira —, como também exercendo um tipo de pressão contra outro país produtor. É tecnicamente inexplicável. Vou deixar esses documentos com a Comissão, porque os considero importantes, ilustrativos e nos dão uma idéia geral.

Segundo aspecto.

A última ação de mercado do ano, a última medida tomada em conjunto com países produtores de ordenamento da oferta do mercado mundial ficou conhecida como Plano de Retenção.

No período que se encontra assinalado em verde, junho de 2000 a maio de 2001, funcionou no Brasil o chamado Plano de Retenção, um mecanismo de mercado voltado para o controle da oferta, traduzido em um acordo feito entre o Brasil e vários outros países produtores, principalmente na área de café de países produtores de café arábica — América Central, Colômbia e outros países. Ficou a nítida impressão de que o Brasil foi o único país que de fato cumpriu o compromisso de retenção.

A primeira linha da tabela — período de junho de 1991 a maio de 2000 — representa o último período em que o mercado funcionou livremente, ao sabor de suas próprias forças, sem ingerência. O mundo importou 86 milhões e 931 mil sacas; o Brasil exportou 20 milhões, 23%; e os outros países produtores exportaram 66 milhões de sacas. No ano seguinte — esses são os 12 meses em que a retenção operou — a exportação mundial cresceu para 90 milhões. Não houve retenção e houve expansão. O Brasil, que fez a retenção, reduziu sua exportação em 1 milhão de sacas, caiu para 21% do mercado, e os outros países passaram de 66 milhões para 71 milhões de sacas.

Por que o programa não funcionou? A resposta está nos números. Não funcionou porque apenas um país assumiu o compromisso de fazer a retenção. Os



outros não a fizeram e se beneficiaram da retração brasileira e expandiram o mercado.

O Plano de Retenção durou 1 ano, depois disso ele foi suspenso, porque o mercado só fazia cair por essas razões, e os anos seguintes mostram o mercado funcionando novamente em regime de mercado livre.

O que aconteceu? O Brasil retomou o seu fluxo normal de exportações, foi para 24%. Esses países vieram para 62 milhões. Podemos dizer que, nesse ano, a safra brasileira teria sido maior. Mas os senhores observam que o movimento é o mesmo de todos os anos seguintes. Quer dizer, na medida em que o mercado funcionou livremente, a nossa participação cresceu e a deles reduziu-se. Portanto, quando se analisa os programas brasileiros de contração da oferta, isso é a tal da política do guarda-chuva. No caso, em particular, esse último exemplo, que é relativamente recente, de 2000, só faz confirmar isso.

Ao apresentar as considerações sobre a Bolsa de Nova York, encaminho aos senhores os documentos.

Quanto ao caso do Plano de Retenção, quero apenas evidenciar a necessidade de que se tenha na devida conta os comportamentos ligados a programas de cooperação entre os países produtores, quando se colocam interesses de mercado em pauta.

Espero ter contribuído para os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Agradecemos ao Sr. Guilherme Braga a exposição. Com certeza, sua participação muito contribuiu com os trabalhos da Comissão.

Com relação à documentação que S.Sa. entrega, vamos estudar quais medidas adotaremos e entraremos em contato com Nova York.

Com a palavra o Sr. Guivan Bueno, que falará em nome da Associação Brasileira do Café — ABIC.

**O SR. GUIVAN BUENO** - Deputado Odair Cunha, Presidente; Deputado Carlos Melles, Relator; demais Deputados, companheiros da cadeia café; pessoal da imprensa; senhoras e senhores, é com muita satisfação que a Associação Brasileira



da Indústria de Café — ABIC comparece a esta Comissão para colaborar com a cadeia café.

O Diretor-Executivo da ABIC, Sr. Nathan Herszkowicz, fará breve apresentação do nosso Programa de Qualidade do Café.

O Brasil é o maior produtor mundial e o segundo maior consumidor mundial de café.

**O SR. NATHAN HERSZKOWICZ** - Essa é uma apresentação sintética do novo Programa de Qualidade do Café da ABIC.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Criado em 2004, o programa, agora em 2006, tem seguimento com o lançamento de categorias de qualidade: cafés tradicionais, superiores e *gourmet*. Três níveis de qualidade diferentes estão sendo certificados por esse novo programa. A certificação é feita por organismos certificadores credenciados de renome nacional e internacional e por uma rede de laboratórios, com degustadores e especialistas.

O PQC é um programa de certificação para café torrado e moído. Diferentemente do programa de certificação para café verde, ele é um dos poucos programas, se não for o único, para certificação específica de café torrado e moído e do próprio ambiente industrial. As marcas certificadas têm qualidade recomendável em 3 estágios diferentes, consistência ao longo do tempo (sempre o mesmo sabor) e garantia de segurança alimentar.

Símbolos identificam os 3 níveis de qualidade: certificados para cafés tradicionais (cafés do dia-a-dia), cafés *gourmet* e, entre os dois, cafés superiores.

O objetivo do programa é garantir a qualidade do produto, a manutenção do perfil do sabor (consistência da qualidade) e boas práticas dentro da indústria, de maneira que o resultado satisfaça sempre o consumidor.

A abrangência desse programa audita diversas fases do processo industrial, como a torrefação, a moagem, os silos e a embalagem final.

O programa funciona por meio de uma rede de empresas: laboratórios, certificadores, gerenciadoras, coletoras de amostras, que operam o dia-a-dia do programa, enquanto a ABIC, para garantir transparência e isenção, fica fora do dia-a-dia, apenas garantindo o controle e a organização.



O programa prevê auditoria dentro das empresas. Uma vez por ano, um auditor especializado visita as indústrias para verificar as questões de higiene e segurança dos funcionários, controles de qualidade, seguimento da legislação trabalhista — proibição do trabalho infantil e outras circunstâncias. A grande inovação do programa é a instituição do perfil de qualidade, perfil do sabor, um conjunto de 7 informações sobre as características do produto. Aquilo que todos desejavam, a informação para o consumidor sobre a qualidade do café, aparece na forma de educação ao consumidor. Com a criação desse símbolo, identifica-se a bebida café em termos de terra, ponto de moagem, sabor, corpo, aroma e tipo do café utilizado.

O Deputado Melles estava falando sobre a questão da rotulagem. É bem o que se espelha com esse programa.

Quanto a aroma, sabor e corpo do café, o programa prevê características não recomendáveis. Por exemplo, o café com aroma fraco não é recomendável. O café tem de ter aroma de suave a intenso.

A grande novidade é a escala sensorial — avaliação da qualidade do café por uma escala de zero a 10 pontos —, onde o café recebe uma nota, sendo a mínima de 4,5. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do café. A escala sensorial é sempre preenchida por degustadores treinados.

Assim funciona a escala sensorial: nível mínimo de 4,5 pontos. Os abaixo são cafés ruins e os acima cafés de recomendáveis a bons, muito bons ou excelentes.

O PQC certifica 3 diferentes categorias de qualidade do café. Dentro dessa escala sensorial, os cafés recomendáveis são divididos em 3 regiões: de 4,5 a 6 pontos, cafés tradicionais; de 6 a 7,3 pontos, cafés superiores; e, acima disso, cafés *gourmet*. Essa nota é avaliada por classificadores treinados para fazer esse tipo de trabalho.

Cafés tradicionais são aqueles com nota entre 4,5 e 6 pontos. Têm símbolo marrom e selo do perfil do sabor indicando características e qualidade do café.

Cafés superiores têm qualidade melhor do que o tradicional e maior valor agregado. Têm nota entre 6 e 7,3 pontos, símbolo prateado e selo do perfil do sabor também prateado.



Cafés *gourmet* são os de mais alta qualidade, raros, exclusivos, excelentes, que conferem maior prazer e têm maior valor (acima de 7,3 pontos). Levam símbolo dourado, com selo do perfil do sabor também em dourado. Esses símbolos vão na embalagem do café.

Quanto aos tipos de café, eles podem ser combinações de arábica e conillon, *blends* ou puros.

O programa ainda indica ao consumidor pontos de torra recomendáveis, excluindo os mais escuros, queimados ou os mais claros; identifica padrão de moagem, que serve para o próprio industrial de café distinguir que tipo de moagem ele faz e que resultado isso dá no sabor do café; e traz grandes vantagens para o consumidor, tais como: qualidade certificada, segurança alimentar (são produtos melhores), garantia de melhor qualidade, com informações confiáveis e auditadas sobre o produto, e sempre com o mesmo sabor ao longo do tempo. Isso vai servir de educação para a escolha correta do café.

Para o varejista distribuidor, o supermercadista, que distribui 70% do café no Brasil, o programa é sinal de segurança alimentar, aumento do valor agregado da categoria café nas gôndolas, qualidade certificada, crescimento das vendas de café, melhoria do *mix* de produtos e diferenciação dos estabelecimentos ao de seus concorrentes.

Os símbolos aparecem na embalagem desta maneira: café tradicional, símbolo na frente e perfil do sabor na parte de trás; cafés superiores, símbolo também na frente e perfil do sabor atrás — uma informação para educação do consumidor; cafés *gourmets*, símbolo do perfil do sabor na parte de trás também. Em qualquer embalagem empregam-se esses símbolos, que são o resultado da certificação.

Nós entendemos que o PQC é a ferramenta que vai alavancar o aumento do consumo do café no Brasil. Trata-se de um programa novo, audacioso, completo e complexo. É um programa de certificação único no mundo, resultado desse trabalho da indústria brasileira de café.

**O SR. GUIVAN BUENO** - O fato de mostrarmos o Programa de Qualidade do Café vem ao encontro da valorização da cadeia do café no Brasil. O que a ABIC



está procurando fazer é restituir o respeito ao consumidor brasileiro no que se refere ao produto café.

Tradicionalmente, ouvíamos dizer que o melhor café produzido no Brasil era exportado — é verdade que o Brasil exporta os bons cafés — e que o consumidor brasileiro não tinha alcance desses cafés de qualidade superior, de qualidade *gourmet*. A realidade hoje é que o consumidor do Brasil tem à sua disposição no supermercado, na cadeia do varejo, cafés de altíssima qualidade. A indústria cafeeira está resgatando para o consumidor brasileiro respeito pelo produto produzido aqui e do qual somos os maiores produtores.

Como bem disse o Guilherme, temos de desmistificar alguns aspectos. Os Srs. Deputados, quando participam de missões, quantas vezes não foram indagados sobre o fato de o café da Colômbia ser considerado o melhor, quando na verdade a diversidade de qualidades do Brasil é incomparável entre os países produtores do mundo.

Avançamos bastante no que diz respeito ao produtor, ao industrial, ao exportador, enfim, à cafeicultura de um modo geral. Vencemos apenas parte do trabalho. Os desafios são muitos: conquistar o respeito da bolsa de Nova Iorque, da Comunidade Européia. Ainda encontramos barreiras para a exportação de produtos industrializados. A Alemanha, sem produzir um grão de café, é o maior exportador de café industrializado do mundo, juntamente com a Itália. Esses países não produzem sequer um grão de café. Temos então muitos desafios a vencer.

Notadamente nos últimos 3 anos e meio, o setor privado da cadeia café esteve bastante atuante, graças ao apoio e ao convite do setor cafeeiro do Ministério da Agricultura. O Sr. Ministro Roberto Rodrigues, juntamente com sua equipe, tem proporcionado a evolução da cadeia.

Os 4 setores da indústrias que nós representamos, mais o de solúvel, o de produção, e exportação, têm ainda muitos desafios, e o CDPC tem de cuidar desse crescimento. Segundo entendimento dos industriais, nos últimos 3 anos, tivemos uma evolução principalmente num critério essencial para os mercados nacional e internacional: a credibilidade das informações. Havia uma vulnerabilidade que provocava volatilidade no mercado, por intermédio de informações que procuravam gerar até especulações. Sempre que se ia fazer uma previsão de safra, os países



produtores, notadamente o Brasil, procuravam jogá-la para baixo no sentido de criar escassez e valorizar os produtos. Já o mercado importador, notadamente os Estados Unidos, jogavam as previsões de produção para o alto, fazendo com que houvesse a desvalorização do produto e uma especulação e volatilidade muito grande inclusive nas bolsas internacionais.

Temos conseguido credibilidade, por intermédio das previsões de safra. O que se anuncia é realmente o que acontece. Isso tem de ser conquistado com o passar dos anos, e não será em 1 ano ou 2 anos apenas. Temos de fazer uma política de médio e longo prazos. Inclusive, hoje, antes da reunião, conversávamos com membros do setor privado da cadeia café justamente sobre o que é preciso para sermos vitoriosos na evolução do produto, e chegamos à conclusão de que precisamos de políticas de médio e longo prazos.

Estamos em ano eleitoral. No próximo ano, haverá novo governo, ou uma reeleição. Mas o importante é termos uma política de médio e longo prazos.

A indústria do café enfrenta dificuldades, assim como os demais elos da cadeia. A ABIC conta com cerca de 1.200 indústrias, sendo que nos últimos 5 anos houve uma rotatividade de 400 que fecharam, foram vendidas ou se perderam pelo caminho por problemas em sua gestão. Na verdade, a Associação defende uma economia de mercado. Somente a economia de mercado tem a longo prazo a sua verdadeira face vitoriosa.

Outro fator extremamente importante. Citei a Colômbia como o país produtor com o maior *marketing* internacional. Nessa política de médio e longo prazos temos de ter uma seqüência de política de *marketing* também de médio e longo prazos, tanto para o mercado interno quanto para o externo. Temos ainda de resgatar todo o potencial e qualidade do café produzido no Brasil, por intermédio dos diversos paladares e das diversas regiões, e impor o respeito do café produzido no Brasil.

Quanto ao desenvolvimento da ABIC nos últimos 15 anos, no mercado interno, saímos de um consumo de 6 milhões de sacas e, em 2005, chegamos a 15,54 milhões, ou seja, duas vezes e meia a produção de 10 anos atrás. Há programas como o que apresentamos. O programa inicial foi resgatar a pureza do produto, deixar muito claro ao consumidor que o café por ele consumido no restaurante ou na cafeteria é puro. O fato de inibirmos adulterações ou qualquer



desvio por si só aumenta o consumo, porque café puro é só café. O fato de o café ser produto natural sem intervenção química, sem qualquer alteração, proporciona maior segurança alimentar. Ou seja, não há artificialismo na sua produção. O café é produto puro e natural.

Com os programas de *marketing* interno, a ABIC, com o apoio da cadeia café e dos órgãos governamentais, desenvolveu o mercado interno. Ponto fundamental: o Brasil não importa matéria-prima. A indústria brasileira é o maior cliente do País. Nenhum mercado importa 15 milhões de sacas, como faz o mercado interno brasileiro. Esse fato proporciona para a cadeia café um equilíbrio. Nenhum país produtor dispõe de mercado tão potencial como o Brasil. Em fazes mais difíceis de superprodução, em que tínhamos grandes volumes de estoque, o mercado cativo brasileiro sempre honrou o consumo. A indústria de café do Brasil é extremamente fiel ao apoio do desenvolvimento das qualidades brasileiras. Temos a qualidade do cerrado baiano, do sul de Minas, de Mogiana, do cerrado mineiro, do Paraná, além do Espírito Santo, do sul da Bahia, de Rondônia. São esses os abastecedores da indústria cafeeira do Brasil.

A indústria tem pleiteado, junto ao CDPC, apoio para o desenvolvimento de tecnologia e para o financiamento dos estoques. As taxas de juros cobradas pelos industriais para as indústrias é diferente das cobradas para a área agrícola. A indústria tem sido cordata até o momento, companheira da área de produção. Os 8,75 de taxa de juros proporcionada para a área rural são muito diferentes da taxa SELIC, extremamente abusiva em relação aos padrões de inflação no Brasil. Temos feito esses pleitos, até agora não atendidos, segundo informações do Ministério da Fazenda, por questões legais, de legislação.

Quero enfatizar que a indústria, com 15 milhões de sacas de consumo anual, pode também receber e administrar os estoques, juntamente com a cadeia de exportação e a cadeia pública. Este é o primeiro ano em que teremos disponibilidade de recursos do FUNCAFÉ, taxa SELIC para de estocagem de produto na safra — aproximadamente 180 milhões. A lavoura está recebendo por volta de 1 bilhão e 600 milhões.

Temos sentido que o fluxo financeiro do FUNCAFÉ tem sido bem utilizado, tem havido sobra de recursos para a lavoura, dentro das suas rubricas. A indústria



apóia totalmente a administração desses fundos da forma como está sendo feita: com clareza, transparência e eficácia. Temos percebido que a gestão profissional faz a diferença na cadeia café, e a indústria tem pregado a gestão profissional. Realmente ficamos penalizados com aqueles industriais que têm maiores problemas de gestão, que têm dificuldades, mas as distorções do protecionismo não geram benefícios para nenhum elo da cadeia. Defendemos a melhoria da qualidade na lavoura e a melhoria da produtividade, porque sabemos que nenhum setor consegue sobreviver se não tiver produtividade e qualidade, se não tiver realmente uma gestão profissional. Este é o pensamento dos industriais do café.

Acredito que com essa mentalidade temos conseguido alcançar êxito, tanto que há evolução do mercado interno não só em função do dinheiro público para *marketing*. Oitenta por cento dos recursos de *marketing* são desembolsados pelas indústrias. As indústria fazem o crescimento do seu mercado ao longo dos anos. Há realimentação dos fundos, como eu falava, há boa administração através de previsões de safras coerentes, decentes, corretas, com credibilidade, *marketing* interno e *marketing* externo.

Se o Departamento do Café, do Ministério da Agricultura, tivesse maior apoio estrutural, poderíamos desenvolver mais a cadeia café em âmbito nacional e internacional. Ainda nos faltam alguns recursos, temos alguma limitações, seja de ordem legal, seja de ordem material. Mas estamos no caminho certo, evoluímos muito.

Gostaria de deixar registrado aqui pleito no sentido reforçarmos o apoio material ao Departamento do Café, do Ministério da Agricultura. Que as nossa políticas sejam discutidas de forma clara e transparente, como está sendo feito aqui na Câmara, e que façamos um projeto de longo e médio prazo para que o café do Brasil seja valorizado.

Para apoiar a área de produção, já pelo segundo ano consecutivo fizemos o maior concurso de qualidade do mundo, premiando todas as regiões produtoras de café e ressaltando suas qualidades. O Brasil é o maior produtor e está fazendo, ano após ano, os maiores concursos de qualidade de café, para valorizar o produto e para fazer com que o produtor realmente se sinta recompensado pelo investimento



na qualidade. O produtor de café tem de se sentir recompensado, tem de se sentir remunerado e qualificado por aquilo que produz.

Creio ter feito uma exposição sobre da participação da indústria dentro da cadeia café e sobre os apoios que procuramos dar a essa cadeia café.

A entidade se coloca à disposição dos Deputados desta Comissão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Obrigado, Sr. Guivan Bueno. Com certeza sua exposição enriquece os nossos trabalhos, especialmente porque ilustra as ações da ABIC no sentido de valorizar o produto café em nosso País.

Concederei a palavra ao Sr. Mauro Malta, representante da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel — ABICS, para fazer suas considerações nesta audiência pública. Lembro que logo em seguida a palavra será franqueada para o debate.

Com a palavra o Sr. Mauro Malta.

**O SR. MAURO MALTA** - Sr. Presidente, Deputado Odair Cunha, Sr. Secretário, Deputado Carlos Melles, a ABICS agradece a oportunidade de participar desta audiência pública para mostrar os nossos problemas e tentar colaborar com a missão desta Comissão Especial de avaliar as políticas de café.

Antes de mais nada, vou fazer algumas reflexões mais amplas sobre a política cafeeira. Estamos passando por um momento, na economia mundial, de profunda modificação e organização dos mercados. Estamos vivendo na era da tecnologia, do processamento eletrônico de dados. Os mercados perderam as fronteiras e se desenvolveu um processo global de arbitragem, através do qual a empresa procura as condições mais eficientes para realizar suas atividades. E é provável que ocorra uma arbitragem entre as condições de proteção social do mundo desenvolvido e do mundo emergente, com tendências à redução de salários e direitos trabalhistas nas regiões mais avançadas.

Recentemente, na França, houve movimentos estudantis justamente para tentar conter as modificações que o Governo francês queria implantar. Os estudantes franceses querem perpetuar o processo de emprego. E nós estamos passando por isso no mundo inteiro. A verdade é que enquanto não ocorre uma situação de novo equilíbrio nós vamos vivendo desequilíbrios cada vez maiores nos



investimento produtivos em direção aos países de menor custo de produção, com expansão do emprego nessas regiões e contração nas outras.

Do ponto de vista econômico, isso aponta para um mundo mais eficiente, mas do ponto de vista social é possível que haja o nascimento de grande tensão nos países que perdem com essa nova ordem, em geral os países mais desenvolvidos. E o contra-ataque das nações mais desenvolvidas se cristaliza numa política mais protecionista, que interrompe e diminui esse movimento de arbitragem.

Hoje, no caso do café solúvel, estamos vivendo exatamente esse problema. O solúvel brasileiro mais competitivo está sendo impedido por barreiras tarifárias de ter acesso ao grande mercado europeu. Com isso, estamos perdendo um mercado substancial. Houve uma negociação anterior, e a partir de janeiro de 2006 o café solúvel brasileiro passou a ser taxada em 9%, enquanto as exportações de solúvel da Colômbia entram na União Européia com tarifa zero.

Tivemos uma reunião da CAMEX, em que o pleito da ABICS, para que o Governo brasileiro encampasse o pedido para entrar com um *panel* na OMC foi postergado. Os Ministros acharam conveniente analisar mais detidamente os efeitos dessa barreira tarifária nas exportações de solúvel. Eu disse, hoje pela manhã, ao pessoal do Governo que isso significaria a decretação da morte da posição do café solúvel no mercado europeu. Se nós analisarmos isso por período mais longo, quando o Brasil conseguiu exportar para a União Européia sem tarifas, veremos que aumentamos em 73% nossa participação. O que vai acontecer agora é que nós vamos reduzir desse percentual as exportações de solúvel da União Européia, por uma posição frágil do Governo, no nosso entender. Se o Governo permanecer imóvel diante dessa agressão da União Européia em relação ao solúvel, hoje é o solúvel, mas amanhã serão outros produtos. O Brasil, no nosso entender, teria de mostrar claramente que está disposto a auxiliar a exportação de produtos com maior valor agregado. Isso para nós é muito importante. Além disso, estamos vendo que a indústria brasileira sofre problemas internos também, porque enquanto os nossos maiores concorrentes, os europeus e os norte-americanos, vêm ao Brasil comprar matéria-prima, isentos de ICMS, nós, a indústria brasileira, quando vamos comprar matéria-prima em mercados que não são aqueles onde estão localizadas as fábricas, somos obrigados a pagar o ICM na frente e apenas nos creditam na



época da exportação. Essa é uma indústria voltada basicamente para o consumo externo, e não temos meios de utilizar esse crédito acumulado nas indústrias de solúvel. Portanto, estamos perdendo cada vez mais posição nas exportações por falta de competitividade, por motivos externos, como é o caso da União Européia e por motivos internos, com é essa posição de taxarão de ICM, PIS, COFINS, esse negócio todo. Estamos vendo que a posição dos países na OMC é caracterizada por se desejar forçar a competitividade dos demais países no sentido antigo, ou seja, os países que são mais competitivos, que têm menor tecnologia, que não têm marca, são mais fragilizados. Os países que conseguem ter melhor tecnologia e têm marcas são os que conseguem ter uma posição mais oligopolista no mercado e, portanto, detêm para si maiores margens de lucro.

Sobre cota de contribuição, eu não vou me alongar, porque o Guilherme fez uma exposição, a qual reputo das mais importantes. Ele fez um histórico mostrando os efeitos da cota de contribuição no País durante tanto tempo. Apenas quero frisar a importância do imposto. Ele é sempre cobrado de quem compra mercadoria. Não é retirado da lavoura. Nós tínhamos um sobrepreço, como o Guilherme explicou bem, portanto o imposto era tirado do comprador brasileiro.

A partir desse problema, podemos verificar também como podemos nos beneficiar da existência de marcas e de valor agregado. Temos de escolher na verdade o lado vencedor e partir para uma política que privilegie as exportações de produtos com maior valor agregado. Não estou pregando o abandono das exportações da *commodity*. Temos vantagens comparativas. O Brasil tem de continuar a ser um grande exportador de *commodity*. Não podemos abandonar o fato de que se o Brasil deseja realmente participar como um grande plêiade do mercado internacional de produtos de valor agregado, terá de começar a aperfeiçoar seus mecanismos para colocar inclusive à sua disposição o instrumento de *drawback*. Por exemplo, não podemos deixar de ter o instrumento de *drawback* à nossa disposição, caso contrário, vamos ser ultrapassados pelos demais concorrentes que usam de todas as matérias-primas do mundo. Não podemos ser taxados de ICMS, não podemos ter os juros reais que estamos assumindo. Os juros na economia brasileira estão situados entre os maiores do mundo, apesar das vitórias conseguidas no combate à inflação. Esse quadro se agrava ainda mais com



a valorização do real frente ao dólar. Se no caso do café verde essa valorização é reconhecida pelos compradores, na indústria de solúvel, que incorre em outros custos, essa valorização afeta profundamente a capacidade competitiva do setor no mercado externo. Esse conjunto de fatores negativos inibe a indução da implantação de novas plantas no Brasil, incentiva o deslocamento da indústria brasileira para o exterior e estimula o surgimento de novas indústrias de café solúvel em vários países produtores, cujas moedas não se valorizaram como o real.

Queria utilizar uma reflexão realizada pelo Deputado Delfim Netto em recente artigo sobre a doença holandesa causada pela valorização do real. Segundo ele, muito antes de ser holandesa, essa doença atacou a indústria nascente brasileira até praticamente meados dos anos 60. No início dos anos 50, as exportações de café, representavam dois terços das exportações total no Brasil. Dada a inelasticidade da demanda mundial do produto e a defasagem da resposta e da oferta, que naquele tempo girava em torno de 4 anos, a receita em divisas da exportação de café variava violentamente e com ela a taxa de câmbio. O Fenômeno era curioso. Uma quebra de safra por acidente climático aumentava de forma dramática os preços externos do café. Isso aumentava a oferta de divisas e valorizava a taxa cambial. Essa valorização abortava todas as iniciativas de exportação nascentes que, com a taxa de câmbio de equilíbrio, seriam competitivas. Essa dependência continuou até meados dos anos 60, quando o Governo decidiu estimular fortemente as exportações de outros produtos, introduzindo o sistema cambial chamado de *scrolling back*, câmbio flexível, em agosto de 1967. A taxa de câmbio naquela ocasião era corrigida em tempo curto pela diferença entre a taxa de inflação interna e externa. Em 1973, as exportações de café já não chegavam a 20% do total. A doença tinha sido erradicada. Lamentavelmente, a doença voltou com virulência causando os mesmos males do passado e desestruturando o parque industrial brasileiro.

Sobre financiamento, devo dizer que o CDPC tem procurado ajudar o Governo na busca de fontes de financiamento ao setor café, por intermédio de mercado. Tenta-se assim eliminar um dos gargalos existentes no passado quando a lavoura concentrava, e ainda concentra, a maior parte do financiamento do Governo e passava assim a arcar solitariamente com o risco de um mercado caracterizado



pela volatilidade de preço — o Guilherme chamou a atenção para isso. Quem detém estoques, por definição é autista, pois irá procurar vendê-los pelo maior preço possível. No momento em que os preços internos ficam defasados em relação aos praticados no exterior, isso faz com que o café do Brasil seja alijado do mercado. Nessas ocasiões, por se manterem financiamentos exclusivamente em poder da lavoura, há resistência em desovar os estoques, na expectativa especulativa de preços melhores no futuro. Café estocado, no entanto, mesmo valorizado, não gera renda a seu detentor, só custo de armazenagem. O que gera renda é a comercialização do produto, é a compra e venda, é a industrialização e a exportação.

Sem entender esse processo, gera-se um ciclo de alta de preços que se esgota em si mesmo, pois à medida que o Brasil sai do mercado, reduz suas exportações e, em consequência, reduz a demanda interna. O novo equilíbrio ocorre com redução de preços, o retorno do Brasil ao mercado e o aumento da demanda. Se, ao invés de se alocar os recursos de estocagem exclusivamente para a lavoura, se distribuíssem esses recursos proporcionalmente ao movimento econômico de cada segmento da cadeia, os atores da cena econômica passariam todos a buscar um só objetivo, preços mais altos, fazendo com que todo mundo auferisse renda mais elevada, razão fundamental para a existência do FUNCAFÉ.

O fluxo de comércio ocorria mais harmonicamente, gerando renda a todos os participantes. Em caso de queda de preços, a flutuação também seria mais branca, pois não ficaria concentrada exclusivamente na lavoura, e dependeria da capacidade financeira de cada detentor de estoque. A desova não ocorreria toda de uma só vez, evitando maiores pressões para a aceleração do processo de baixa, e as perdas seriam diluídas por toda cadeia.

Sobre o solúvel, devo dizer que, na última Conferência Mundial de Café, os palestrantes disseram claramente que o solúvel é a maneira ideal para se conquistar os mercados emergentes que estão surgindo. E o solúvel tem sido a mola propulsora para aumentar o consumo de café no mundo. Em grande parte, o aumento de consumo de café tem ocorrido em países que não estão habituados ao consumo de café. E o solúvel é uma forma que não violenta os hábitos arraigados



de consumo. Ele simplesmente muda o gosto final do produto. Portanto, o solúvel seria a forma ideal de conquistarmos os grandes mercados.

A indústria de solúvel brasileira vem investindo em marcas próprias solitariamente, sem qualquer auxílio do Governo, vendendo a idéia de um País dinâmico, tecnificado, sofisticado, capaz de apresentar um produto que poderia competir em igualdade de condições com os melhores produtos do mundo — isso se houvesse uma política incentivadora da atividade exportadora no Brasil. Como não há, a indústria de solúvel se vê diante de situações esdrúxulas, como já disse, com a incidência de ICMS, PIS, COFINS etc.

Os países emergentes são aqueles onde o consumo de café tem aumentado. E esse aumento é motivado pela estagnação econômica do mundo desenvolvido e o crescimento acelerado nos países em desenvolvimento.

Sobre o futuro, a ABICS é diametralmente contrária à imposição de qualquer tipo de imposto na exportação do produto, seja a que título for. O mundo se transformou de forma muito rápida, e os modelos econômicos baseados em intervenção estatal não encontram eco nem sustentação entre os atores da cena econômica. Indagações sobre o que, quem, como e quando surgem de imediato, indicando o viés tendencioso da intervenção estatal, que desvirtua o papel salutar do sistema de preços na alocação eficiente de recursos escassos e inviabilizam a implantação desse modelo.

Sabedor desses óbices, o Governo, através do CDPC, tem, de forma hábil e capaz, estudado e implantado novas formas de acesso a fontes de recursos no setor privado, de forma a complementar os recursos cada vez mais escassos do Governo, instrumentos que ainda não foram plenamente utilizados ou testados.

Procura, ainda, alongar a disponibilidade de financiamento por duas safras, minorando os ciclos de baixa e adoçando os de alta, fazendo com que os eventuais superávits de produção de um ano sejam transportados no tempo para atender à eventual escassez no ano seguinte. Tentativas de abortar esses esforços podem gerar impacto negativo no mercado, motivo pelo qual a ABICS se posiciona francamente favorável à manutenção do CDPC e do FUNCAFÉ, sob a gestão do Ministério da Agricultura, da Secretaria de Política Agropecuária, suportada tecnicamente pelo DECAF, que estão funcionando cada vez melhor.



O aprimoramento constante desses organismos é patente e se tem verificado uma participação intensa de todos os segmentos da cafeicultura na formulação das políticas adotadas pelo Governo, o que nos leva a acreditar ser este o caminho correto e que deve continuar a progredir e se aperfeiçoar continuamente, como é praxe, aliás, em todo organismo vivo.

Gostaria de afirmar, como o companheiro Guilherme acabou de dizer, que precisamos, na verdade, definir mais claramente de forma jurídica as competências legais e as responsabilidades do CDPC, para evitar que sejamos surpreendidos com decisões que se tomam nesse fórum e a seguir são modificadas em âmbito do Governo, em outros setores do Governo, evitando que as medidas e os impactos favoráveis das medidas preconizados pelo CDPC sejam adotados em sua plenitude.

Sr. Presidente, eram essas as considerações a fazer nesta Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Agradeço ao Sr. Mauro Malta, representante da ABICS.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Melles.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço aos amigos e companheiros de longo tempo e quero qualificá-los. O primeiro expositor, Dr. Guilherme, tem toda a vida dedicada ao café, como todos nós. Foi funcionário do IBC por vários anos, foi assessor do Presidente. Conheceu todas as intervenções e descreveu historicamente todos esses processos. Seguramente, o CECAFÉ muito contribuirá com o estudo natural. Os expositores entendem ser esta a hora de rever algumas políticas de café, sobretudo a ação do CDPC.

O Sr. Mauro Malta também, no IBC, foi Diretor de exportação, ocupou todos os cargos e tem vários livros escritos. Em um deles há um dedicatória para mim, que é muito interessante. Ele diz: *“Melles, com o café não tem muito o que se fazer, é olhar o passado e copiar. Vale a pena ver isso”*.

O Sr. Guivan Bueno é um industrial, Presidente da ABIC, companheiro que tem trabalhado junto com sua equipe, talvez, no melhor resultado que o Brasil tem nesses anos. Há até reserva de mercado do consumidor brasileiro. Isso realmente



nasceu como Selo Pureza, e os senhores conseguiram e estão conseguindo, com o apoio de todos e da cadeia, aperfeiçoá-lo.

Ressalto a importância desses 3 segmentos mais a produção — o CDPC, o CNC, o CNA, a ABIC, a ABICS e o CECAFÉ. Quando nós construímos o CDPC, colocamos 50% do poder de decisão na iniciativa privada. Eu me lembro, com saudades, que o meu querido amigo Américo Sato dizia que eu não iria conseguir isso nunca. Fizemos o Conselho Deliberativo e destinamos 50% para a iniciativa privada.

Não tivemos a felicidade completa de que ele realmente fosse independente. Essa é uma das discussões. Vou fazer algumas perguntas. Peço aos senhores que voltemos a nos reunir, a fim de realizar um trabalho. Faço a proposta de que a iniciativa privada do CDPC faça, de mão dupla conosco, esse relatório, sem medo de discussão.

Primeiro, não consegui detectar propostas concretas. Eu entendi assim, posso estar errado. Vamos complementá-las. Tanto a do Dr. Mauro Malta quanto a do Dr. Guilherme, sobre o aperfeiçoamento do CDPC no cumprimento das medidas deliberadas e não cumpridas. Que ele seja deliberativo e suas decisões sejam cumpridas. Eu, Relator, entendi isso. Depois gostaria que vocês me ajudassem no dissecamento daquilo que sobretudo o Dr. Guilherme disse sobre a reformulação do CDPC e sobre ele ser mandatário.

Falaram um pouco sobre os estoques reguladores. Embora eles questionam, mas é muito importante que essa representação da iniciativa privada tenha uma posição clara para que esse relatório seja bem-feito.

Também vale uma meia pergunta como consideração nesse processo, e a dirijo aos 3 expositores. As respostas necessariamente não precisam dadas agora. Vamos ter mais tempo e podemos mandá-las por escrito. O Dr. Guilherme disse que esse custo, universalmente, hoje nem é 6 de bilhões, são 8 bilhões para produzir uma safra de café no Brasil. Um hectare de café custa de 1.500 a 2 mil dólares, segundo informações da cadeia, e que qualquer outra cultura normal, a não ser a fruticultura, custa 400 dólares o hectare. Eu vou fazer esse tipo de questionamento para formularmos uma política mais ampla que interessa, no meu entendimento, à cadeia café e para dar precisão ao relatório. Se isso é verdade, ou seja, se



trabalhamos com cultura perene, então temos de entender que isso não sai da noite para o dia. É uma pena que, em questões de volume de produção de café, não tenhamos dados muito concretos de 2000, 2001. De 2001, até agora, 31 milhões, ou 48 milhões. E aí também há uma informação interessante. Quando o Dr. Guivan fala na confiabilidade, na consistência, nos temos também uma preocupação. Trabalhamos com o número 48.4, mas o mercado trabalha com 53.4. Quem está certo? A CONAB ou esse dado que o mercado assimilou? Essa é uma realidade insofismável, em termos de produção e de desaparecimento.

A CONAB, em agosto do ano passado, soltou uma previsão de safra, o que fez desabar o mercado, e com uma amostragem errada. Então, eu peço à cadeia que tenha um pouco de cuidado com a questão de previsibilidade. A sazonalidade e a inconstância do *market share* da exportação era de 24, 29, 24, 27, 24 — e o Brasil é o responsável por essa oscilação de oferta. Nós sabemos que, por muito competentes que sejamos, não conseguimos corrigir o ciclo bienal do café. Se é verdade que, de 2002 (ano da maior safra da história do Brasil) para cá a produção, a produtividade e a área vêm caindo, assim como os preços também apresentados pelo Dr. Guilherme, 51 dólares, 51 dólares, 67 dólares, 92 dólares e 116, quem arcou, nesses 5 anos, com esse prejuízo da produção e como os senhores vêm isso? E o produtor brasileiro, ele é um produtor eficiente perante o mundo produtor de café? Ele é um produtor médio ou normal, na média do mundo? Ele é um produtor abaixo da média mundial? É muito importante que a gente veja na cadeia que grau de eficiência o produtor brasileiro tem. E que também, depois, façamos a mesma comparação para ver como propor a eficiência da cadeia do solúvel, da exportação e da torrefação. Aliás, o Dr. Guilherme apresentou muito bem a história do Acordo de Taubaté de 1906 até 1952. É realmente uma história. No ano de 1952 houve realmente períodos de acordos e não acordos. Mas quando não houve acordo internacional das cláusulas econômicas foi pelo Brasil, porque ele produziu aquém da demanda mundial. E produzindo aquém não há por que ter acordo, se há menos oferta do que o necessário.

Mas eu também gostaria de ter muita clareza — talvez esse seja um dos pontos mais importantes, e por isso o CDPC foi criado —, no que se refere à ausência do IBC, à ausência das cláusulas econômicas de 1989, 1990. Quem



ganhou com o café? Qual segmento da cadeia produtiva foi feliz no negócio do café? A torrefação? Quatrocentos mudaram de mão; os exportadores mudaram de forma brutal, e o solúvel não está satisfeito, pelo menos agora, com os 9%, com os quais concordamos, o que é uma brutalidade.

Essas perguntas fazem com que questionemos um pouco se estamos no rumo certo das políticas de café. E é interessante a observação de que o produtor, pelo que informa o Dr. Mauro e o Dr. Guilherme, que conhecem muito bem o assunto, pois foram executores da política do café, entende que depois da produção o crédito deve ser absolutamente igual, em gênero, número e grau, para toda a cadeia. Sempre foi assim. Não será por que não há mais capital de giro e o crédito de comercialização virou capital de giro e de custeio que os outros segmentos não estão sendo contemplados? Somente agora, pela primeira vez, achamos que devia contemplar a torrefação, a exportação e mesmo o solúvel, por que só assim você teria o equilíbrio de carregar estoque nas mesmas condições. Sempre foi assim e deu certo. Temos e devemos ter estoque regulador, ou não?

Eu também queria entender um pouco sobre a questão da cota de contribuição, se ela foi recolhida por quem exportou, se foi tirada do produtor, ou se foi o exportador que pagou. O que nos parece é que esses 3 bilhões, que são recursos do FUNCAFÉ, de 1986/1987, até hoje deram, querendo ou não, sobrevida ao setor. Em qualquer setor, esses recursos vieram daí, e ela, hoje, é juridicamente incorreta. A quem devem ser devolvidos esses 3 bilhões? É uma pergunta que eu gostaria, também, que a cadeia respondesse e analisasse.

Enfim, insisto com os senhores que alguns pontos são interessantíssimos e nos ajudam a construir um relatório da em parceria com a iniciativa privada, com a obrigação social que o café tem.

Sobre a atuação do CDPC, pergunto se realmente ele é deliberativo, se nós devemos propor lista tríplice para ter um presidente independente; se fica onde fica, se fica onde não fica o estoque regulador; se concordam ou não com a adoção de políticas de preços mínimos. Como resolver o problema da sazonalidade brasileira, quem paga o preço da sazonalidade brasileira? Esse excesso que o Brasil causa de 5 a 7% faz um estrago, como disse o Dr. Guilherme, nos fundos e na volatilidade. Não é tudo mas é bastante nesse sentido. São interpretações as quais eu gostaria



que fossem um pouco mais claras, porque entendo ser mais lúcido o foco sobre a análise da retenção ocorrida em 2001. Ela foi errada desde o princípio, inclusive a produção não a queria. Publicamente, o setor não a quis, até porque o ano era de escassez. Foi um blefe do Brasil. E, quando se mente, acontece o que aconteceu. Muito ao contrário ocorreu com a retenção havida em 1994, que normalmente daria resultado e foi muito bem.

Portanto, não será em razão de erro ao regular a oferta — repito, politicamente maltratada, realizada contra a vontade do setor, intervenção malfeita e na hora errada — que devemos pagar esse preço.

Um outro aspecto. Gostaria de saber a opinião dos senhores em relação aos leilões de opções. O Dr. Guilherme Malta, o Dr. Guivan Bueno e o Dr. Mauro Malta muito bem discorreram sobre os novos instrumentos da cadeia do café. E aplaudimos não só as CPEs como os outros *warrants* que estão chegando. Mas como é que se dará a cadeia de leilões de opções? O que também é um meio moderno, eficiente e transparente. Vende ou compra o poder quem tem café. E, no tocante aos leilões, todos podem exercê-lo, basta ter o produto. Em se tendo o produto, é democrático o exercício das opções.

São essas considerações. Não discutiria e nem peço aos senhores a resposta a todas as perguntas, mas gostaria muito que as estudássemos em conjunto, para elaborarmos esse relatório tão interessante e precioso para todos nós.

Agradeço imensamente a clareza, a parceria e a forma competente como foram feitas as exposições por todos os senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Concedo a palavra ao Sr. Mauro Malta, para falar a respeito da intervenção do Deputado Carlos Melles.

**O SR. MAURO MALTA** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de acatar a sugestão do Deputado Carlos Melles, ou seja, no sentido de darmos essas resposta posteriormente.

Acho que S.Exa. tocou em vários assuntos interessantes, mas devemos nos estender na apreciação de cada um, dentre eles o problema de existência de estoques, os instrumentos modernos dos leilões de opções, o funcionamento desses



negócios, a sazonalidade das exportações, a necessidade de o CDPC ser deliberativo, ou seja, uma série de aspectos que merecem análise mais detida.

Portanto, se V.Exa. me permitir, Sr. Presidente, posso responder essas indagações *a posteriori*.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Tenho apenas duas observações de absoluto mérito. O Deputado Odair Cunha, com a boa vontade que é peculiar a S.Exa., indagou-me sobre a solução para o problema do café brasileiro na Bolsa de Nova Iorque. Respondi que necessitávamos de um estoque de produção de 6 a 8 milhões de sacas de café descascado todos os anos, equivalência com a Colômbia, e o Governo brasileiro ter coragem de falar que assim deseja, caso contrário fará o seu. O mesmo em relação à taxa cobrada por outros países. É absurdamente inaceitável essa imposição. E entendo que o segmento deve fazer essa discussão, Dr. Alberto Portugal, principalmente tendo a clareza de que deve recorrer a esta Casa para defender politicamente esses setores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Concedo a palavra ao Dr. Guivan Bueno.

**O SR. GUIVAN BUENO** - Obrigado, Deputado Carlos Melles, pelas considerações. Acompanho os companheiros desta Mesa no sentido de que um encaminhamento mais completo e abrangente das respostas solicitadas por V.Exa. seria melhor para o trabalho da Comissão. Faço apenas um aparte sobre a previsão de safra. Creio que estamos evoluindo, e a credibilidade vem com o tempo e o aperfeiçoamento da metodologia. O importante é que hoje não estamos à mercê do mercado internacional, que não mais determina o que vamos produzir; nós devemos decidir o que produzir e termos a credibilidade necessária para tal. Mas a metodologia e o aperfeiçoamento dos números devem ser uma constante.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Acho que o Guilherme Braga, o Mauro Malta e o Natan Herszkowicz vivem do café e, por essa razão, vou fazer um registro: devemos agradecer muito à torrefação brasileira, porque foi ela que tirou quase todo esse risco da previsão de safra. O Brasil é exemplo para o mundo, em termos de estabilidade, crescimento da produção, aumento de consumo e qualidade. Não se pode mais ter medo de produzir café neste País, pois somos competitivos em relação ao mercado mundial. A grande diferença é que o Brasil não pode ser o



maior produtor, chegando ao segundo lugar como consumidor, sem formular políticas internacionais para o setor. Essa é uma responsabilidade nossa.

E estamos sentindo na pele essa questão de mercado. Basta ver o que a Sara Lee Cafés e outros grupos fizeram no mercado de café brasileiro. E nem por isso a indústria brasileira ficou para trás, o mesmo ocorrendo com o café solúvel. E o que se coloca nas mãos do exportador é vendido. São os mais competentes do mundo, não temos dúvidas disso. Precisamos ter instrumentos equilibrados entre nós, para todos vivermos felizes nesse aspecto. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Concedo a palavra ao Dr. Guilherme Braga, para considerações finais. Gostaria que o senhor fizesse remissão ao seminário realizado pela Associação Comercial de Santos.

**O SR. GUILHERME BRAGA ABREU PIRES FILHO** - Deputado Carlos Melles, indiscutivelmente, V.Exa. levantou uma série de questões de maior importância. Acho, realmente, que as dúvidas são pertinentes e, de fato, nem todas as explicações foram dadas de maneira clara etc., exatamente em razão do resumo que se tentou fazer para não nos estendermos por demais no assunto.

Acompanho os demais palestrantes, pois acho que essas questões, em sua maior parte, requerem uma apreciação mais detida e ponderada. Certamente, haverá oportunidade de assim fazermos, pois adianto a V.Exa. que aceitamos de pronto o convite para voltarmos a esta Casa e colocamo-nos à disposição de V.Exa., haja vista nosso maior interesse. Reitero aos senhores o convite que há pouco fiz, em nome da Associação Comercial de Santos. No período de 16 a 19 deste mês haverá o XXI Seminário Internacional, em Guarujá. Serão 3 dias de trabalho. Desde o início a nossa opinião sobre os trabalhos desta Comissão, que trata da revisão do CBPC e do FUNCAFÉ, poderiam ser enriquecidos com a contribuição não só dos dirigentes das entidades de classe, mas dos empresários que estão diariamente na faina, enfim, de um número maior de pessoas. Portanto, convidamos V.Exas. e colocamo-nos à disposição desta Comissão para a possibilidade de uma reunião durante o seminário em Santos.

Sugiro, se possível, a quarta-feira à tarde. Providenciaremos local e acomodações. Reuniríamos um grupo que, acredito, poderia apresentar contribuições muito importantes a este trabalho.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Vamos encerrar nossa reunião. Antes, porém, quero agradecer os representantes da cadeia do café pela disposição e presteza no atendimento ao convite para comparecer a esta audiência pública.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES** - Sr. Presidente, por uma questão de isonomia — obviamente não estavam todos os membros do CDPC aqui, apenas compareceu à audiência passada o Dr. Guilherme —, consulto o representante do CNC, do Alberto Duque Portugal para saber se V.S<sup>a</sup> deseja fazer alguma consideração, se acha oportuno, ou se prefere tratar o tema posteriormente, em conjunto com os senhores da iniciativa privada e esta Comissão, para nos ajudar na formulação do relatório.

**O SR. ALBERTO DUQUE PORTUGAL** - Srs. Deputados, agradeço a oportunidade e cumprimento os representantes dos segmentos que trouxeram essa contribuição à Comissão. Creio que em muitos pontos há grandes convergências em torno não só dos pontos levantados pelos palestrantes, mas sobre as questões abordadas pelo Deputado Carlos Melles, sobre as quais os representantes se comprometeram a discutir mais detidamente.

Volto a enfatizar a importância de buscarmos essas respostas e os pontos de convergência que atendam às necessidades dos diferentes segmentos. Acho ser este o grande desafio. Há um esforço sendo feito na Cadeia Café no sentido de identificar as grandes questões que afetam a cadeia de produção do café. Fazemos esse exercício em conjunto, e todos os segmentos têm participado, representados pelo CNC, CNA, ABIC, ABICS e CECAFÉ. Creio que, a partir das discussões, podemos buscar esses pontos de convergência que podem constituir a linha dorsal das posições que a Comissão pode propor como indicativos de uma política para o setor no futuro.

Comungo totalmente dessa idéia, e o CNC deverá participar, juntamente com os demais segmentos, das discussões, buscando esses pontos de convergência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Muito obrigado, Alberto Portugal.

Concedo a palavra ao Diretor-Executivo da ABIC, Dr. Natan.



**O SR. NATAN HERSKOWICZ** - Sr. Presidente, Deputado Odair Cunha, Deputado Carlos Melles, muito obrigado pela oportunidade que V.Exas. me concedem de participar desta reunião de audiência pública e de manifestar aqui nesse importante encontro uma lembrança que se baseia nesse exercício de reflexão sobre os instrumentos de gestão da cadeia produtiva do café, tema central desta Comissão Especial.

Na verdade, estão sendo repensados ou interrogados vários elementos, inclusive alguns de natureza histórica, como relatou o Guilherme Braga, assim como elementos mais atuais, todos sem dúvida com o objetivo de melhorar o desempenho da cadeia produtiva do café e trazer resultados para todos os agentes.

Antes de fazer uma lembrança, que é o motivo dessa minha intervenção, peço licença para relatar a experiência de um amigo de todos nós, o companheiro Américo Sato, que em 1998 vendeu sua indústria e cumpriu 5 anos de quarentena contratual. Quando fez o negócio, assim o fez por razões financeiras. Mas ele montou uma loja de carros blindados e, atendendo clientes no dia-a-dia, começou a perceber que o dono de uma metalúrgica reclamava do negócio; no dia seguinte era a vez do dono de uma confecção, também dizendo que o negócio estava muito ruim e que não ganhava dinheiro; na outra semana, o dono de um moinho; falando que o Governo não ajudava e assim por diante. Após um ano de trabalho vendendo carro blindado, o companheiro Américo falou para alguns amigos — e me sinto honrado de ser um deles: *“Olha, acho que vou voltar para o negócio com o café, porque as coisas aí fora estão tão ruins que o café deve estar muito bom”*. E ele acabou voltando para o negócio do café após 5 anos. E por que faço esse registro? Porque quando a Comissão nos estimula a repensar o negócio do café, é preciso que enumeremos, juntamente com esse exercício que o Deputado Carlos Melles tão bem fez, em termos de questionamentos, os grandes avanços do negócio do café nos últimos anos. Mais do que duplicamos a produção brasileira de café. Recuperamos o parque cafeeiro sem aumentar a área plantada. Avançamos na pesquisa, inclusive, com a liderança na pesquisa mundial com a revelação da cadeia do genoma do café. Recuperamos e ampliamos o *market share* da exportação brasileira do café em grãos. Ampliamos a participação brasileira no mercado do café solúvel, inclusive com investimentos novos de várias indústrias. Aumentamos



tremendamente o consumo interno brasileiro, a ponto de a OIC utilizar o modelo brasileiro como recomendação a todos os países do mundo. Começamos a exportar café torrado e moído. Sem pretender dividir a exportação do café verde, estamos timidamente, embora efetivamente, conquistando posições importantes no mercado mundial de café torrado e moído.

Estamos fazendo um levantamento de estoques físicos e café, com a CONAB e o Ministério da Agricultura, ao mesmo tempo em que estamos aprimorando e aperfeiçoando o levantamento da safra brasileira de café.

Conseguimos recuperar o interesse e o entusiasmo pelo investimento em *marketing*, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, e criamos um modelo simples chamado Grupo Gestor de Marketing do Café — GGM/Café, cujo coordenador está aqui presente, Lucas Tadeu Ferreira, que teve o mérito de reunir o entusiasmo voluntário de vários companheiros, desde a produção até a indústria e exportação, no desenvolvimento de ações de *marketing*.

Então, esse conjunto — e poderia citar mais meia dúzia de fatos positivos desde o ano 2000 — talvez seja uma resposta àquela grande indagação: quem é que ganhou com o negócio do café? Muitas vezes, o termo “ganhar” não significa exatamente ganhar o dinheiro que todos gostaríamos de ter. Vamos lembrar, como muito bem disse o Américo, que às vezes é preciso ter condições de permanecer no negócio e acompanhá-lo.

Aproveito esta oportunidade para dizer que todas essas conquistas — e foram muitas —, têm como atores e responsáveis, sem dúvida alguma, o homem brasileiro que trabalha com café, o produtor brasileiro, competentíssimo, arrojado, ousado, que soube resistir e passar pela crise de preços baixos mais do que qualquer outro produtor mundial; o exportador brasileiro de café ou o industrial de solúvel e de café torrado e moído, competentíssimos; uma parte significativa do varejo brasileiro, que se associou à indústria do café na promoção e na divulgação dos cafés de qualidade; mas temos de ressaltar também o CDPC, que teve o mérito de conseguir representar uma câmara setorial ativa, operante, que consegue fazer, mais do que qualquer outra câmara setorial, a articulação dos agentes da cadeia produtiva, que muitas vezes a academia prega como sendo modelar, mas que na prática não encontra ressonância.



Então, o CDPC, na minha modestíssima opinião, representa, sim, um modelo de trabalho que pode e vem sendo aperfeiçoado, mas sem dúvida é um dos responsáveis pelos grandes avanços que o agronegócio café teve nos últimos anos. E seu instrumento de gestão financeira, FUNCAFÉ, está preservado com a concessão de créditos crescentes para todas as atividades, irrigando desde a pesquisa até a cafeicultura e o *marketing*.

Deixo registrada essa comparação com fatos positivos, porque neste momento de reflexão é importante que valorizemos o que de positivo tem acontecido — e que tem claros os responsáveis — para que o trabalho da Comissão possa aprimorar e aperfeiçoar os resultados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Odair Cunha) - Obrigado, Dr. Natan. Vamos celebrar as vitórias para enfrentar os problemas, caso contrário, desanimaremos com a luta.

Agradeço novamente a todos os presentes pela participação, antes, porém, informo que, juntamente com o Deputado Carlos Melles, vamos oficiar ao Presidente da Câmara pedido para análise da qualidade do café servido aqui na Câmara dos Deputados. Sugerimos, de antemão, que na licitação para a compra do café servido na Câmara dos Deputados seja levado em conta, além do preço mínimo, o critério da qualidade. Acho essa medida importante para valorizar o produto café. (*Palmas.*)

Informo aos Deputados que na semana do dia 17 de maio não haverá reunião porque participaremos de seminário na cidade do Guarujá. Todos os membros desta Comissão serão convidados — a secretaria vai nos ajudar nisso. Então, no dia 17 faremos uma reunião no Guarujá, com horário a ser divulgado. Também não haverá audiência na semana do dia 24 porque participaremos da reunião da OIC, em Londres, mas confirmamos a audiência pública para o dia 10 de maio.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos.

Obrigado.